



Laguna Ona Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Laguna Ona Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Laguna Ona Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Laguna Ona Participações S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Laguna Ona Participações S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Caren Henriete Macohin'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Caren Henriete Macohin

Assinado por: Caren Henriete Macohin 01454117008
CPF: 01454117008
Data/Hora da Assinatura: 03 de março de 2026 | 11:36 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyntegreID Multipla
Emprego: 01454117008

Caren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Laguna Ona Participações S.A.
Balanco patrimonial
Período findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	2
Títulos e valores mobiliários	5	15	63
Impostos a recuperar		25	27
		<u>43</u>	<u>92</u>
Não circulante			
Investimentos	6	99.308	72.131
		<u>99.308</u>	<u>72.131</u>
Total do Ativo		<u>99.351</u>	<u>72.223</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	8	118.706	79.549
Prejuízos acumulados		(19.341)	(7.311)
Ajuste de avaliação patrimonial		(15)	(15)
		<u>99.351</u>	<u>72.223</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>99.351</u>	<u>72.223</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laguna Ona Participações S.A.

Demonstração do resultado

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros	9	(57)	(116)
Outras despesas gerais e administrativas	10	(99)	(194)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(11.881)	(172)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		<u>(12.037)</u>	<u>(482)</u>
Resultado financeiro	11	7	6
Prejuízo do exercício		<u>(12.030)</u>	<u>(476)</u>
Quantidade de ações (em milhares)		<u>134.473</u>	<u>86.925</u>
Prejuízo por ação (em reais)		<u>(0,089)</u>	<u>(0,006)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laguna Ona Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Período findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(12.030)	(476)
Resultado abrangente do exercício	(12.030)	(476)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laguna Ona Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		69.291	(6.016)	(6.835)	(15)	56.425
Aumento de capital	8	11.105	5.169	-	-	16.274
Prejuízo do exercício		-	-	(476)	-	(476)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		80.396	(847)	(7.311)	(15)	72.223
Aumento de capital	8	38.310	-	-	-	38.310
Integralização de capital		-	847	-	-	847
Prejuízo do exercício		-	-	(12.030)	-	(12.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		118.706	-	(19.341)	(15)	99.351

Laguna Ona Participações S.A.**Demonstração de fluxo de caixa**
Período findo em 31 de dezembro de 2025*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(12.030)	(476)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	11.881	172
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Impostos a recuperar	2	(2)
Obrigações tributárias	17	4
Outros passivos		5.168
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(130)	4.867
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em coligada (Nota 6)	(39.058)	(16.023)
Resgates de títulos e valores mobiliários	32	51
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(39.026)	(15.972)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento e integralização de capital (Nota 8)	38.310	11.105
Capital a integralizar	847	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	39.158	11.105
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	2	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	3	2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Laguna Ona Participações S.A. ("Companhia" ou "Laguna Ona") é uma sociedade por ações, sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, salas 1.401 e 1.402, Jardim Paulistano, São Paulo no Estado de São Paulo, e foi constituída em 7 de junho de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, como acionista ou quotista.

A Laguna Ona é controlada pelo fundo de investimento denominado Teman Pier Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 30% das ações Clínica da Gávea S.A. ("Clínica da Gávea" ou "Coligada") (Nota 5).

A Clínica da Gávea iniciou suas operações em 1966 com atuação na área de psiquiatria. A Coligada é focada em proporcionar a adequada assistência médico hospitalar, visando sempre proporcionar a melhora na qualidade de vida bem-estar dos pacientes. O quadro de funcionários assistencial é constituído por profissionais da área de saúde, assim como pelo corpo técnico e administrativo. As equipes multidisciplinares são compostas por especialistas que prezam pelo atendimento humanizado em saúde mental.

A Laguna Ona reconhece a importância da implementação de iniciativas de sustentabilidade e avalia constantemente os riscos relacionados ao meio ambiente que possam vir a impactar a sociedade, e em particular, em suas operações e negócios.

Dessa forma, a Companhia assume o compromisso em atender aos requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às suas atividades e serviços. Toda legislação aplicável é identificada, analisada e atendida, assim como normas técnicas e procedimentos internos da Companhia, visando manter a conformidade legal em suas operações.

Com um sistema de levantamento, controle e acompanhamento de requisitos legais, a administração gerencia e analisa o levantamento dos aspectos, impactos, perigos e riscos associados às atividades realizadas pela Laguna Ona. Esse levantamento é revisitado sempre que identificado uma nova condicional.

A administração avaliou todas as informações e afirma não ter impacto nas demonstrações financeiras.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 4.

As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026.

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Indireto. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio.

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

2.4 Custos e despesa

O CPC 26 (R1) exige que as despesas sejam analisadas de acordo com sua natureza ou de acordo com sua função na entidade, ou seja, da melhor forma a prestar informações confiáveis e mais pertinentes. A Companhia apresentou a análise de despesas por natureza, que é a forma tradicional no ambiente contábil brasileiro.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras. A aplicação financeira em 2025 possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor.

2.6 Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa em sua coligada. A Empresa determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, através de modelos de fluxo de caixa descontado e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.7 Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Esses estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

Enquanto os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.9 Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.11 Instrumentos financeiros

O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*.

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

b) Reconhecimento mensuração

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado (VJR) são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias; ou
- (iii) probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

e) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2025:

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.12 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7** - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("*SPPI test*"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("*FVOCI*").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza[1]: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de '*own use*', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting (cash flow hedge)* e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **IFRS 18** - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- **IFRS 19** - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gerenciamento de riscos

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Empresa e sua controlada contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com ratings em âmbito nacional de nível elevado.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e sua controlada é agregada pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento.

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos financeiros</u>	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	3	2
Títulos e valores mobiliários	15	63
	18	65

3.3 **Gestão de capital**

O objetivo principal da gestão de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos *stakeholders*.

A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômica. Em 31 de dezembro da 2025 a administração da Companhia considera a estrutura de capital adequada.

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir:

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período.

(b) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

No mínimo uma vez ao ano, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no investimento em coligada. O valor recuperável do investimento em coligada foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A Administração realizou análise de *impairment* do investimento em coligada sobre o exercício de 31 de dezembro de 2025 mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

5. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos	<u>3</u>	<u>2</u>
Títulos e valores mobiliários		
Aplicação financeira	<u>15</u>	<u>63</u>
Total	<u>18</u>	<u>65</u>

A aplicação financeira classificada como título e valores mobiliários refere-se ao Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido por instituição de primeira linha.

A remuneração média anual da aplicação da Companhia é de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

31 de dezembro de 2023	<u>56.280</u>
Aportes de capital em coligada	16.023
Equivalência patrimonial	(172)
31 de dezembro de 2024	<u>72.131</u>
Aportes de capital em coligada	39.058
Equivalência patrimonial	(11.881)
31 de dezembro de 2025	<u>99.308</u>

Laguna Ona Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 30% das ações da Clínica da Gávea pelo preço de R\$ 27.419, sendo R\$ 25.619 pagos à vista e R\$ 1.800 depositados em conta de depósito em garantia para garantir o ressarcimento de perdas potenciais indenizatórias por quaisquer dos vendedores e compradores.

O investimento da Companhia na coligada Clínica da Gávea tem como objetivo acelerar a consolidação no setor de saúde mental no Brasil.

7. Contingências

A Companhia não figura em nenhum processo judicial ou administrativo, como ré ou como autora em 31 de dezembro de 2025.

8. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 118.706 (R\$ 79.549, sendo R\$ 847 a integralizar em 31 de dezembro de 2024).

Aumento de capital

Segue tabela abaixo com a relação de aumentos de capital aprovados em 2025 e novas ações emitidas:

Data	Valor	Novas ações ordinárias
26/02/2025	9.222	11.174.195
16/05/2025	13.972	17.504.244
18/06/2025	6.747	8.411.834
22/07/2025	2.231	2.696.240
26/08/2025	2.782	3.503.210
26/09/2025	1.088	1.372.139
10/10/2025	2.268	2.886.615
Total	38.310	47.548.477

Em 26 de fevereiro de 2025 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 9.221.560,29 (nove milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e nove centavos) através da emissão de 11.174.195 (onze milhões, cento e setenta e quatro mil, cento e noventa e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de maio de 2025 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 13.971.887,79 (treze milhões, novecentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos) através da emissão de 17.504.244 (dezessete milhões, quinhentas e quatro mil, duzentas e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de junho de 2025 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 6.747.132,05 (seis milhões, setecentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e dois reais e cinco centavos) através da emissão de 8.411.834 (oito milhões, quatrocentas e onze mil, oitocentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de julho de 2025 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 2.231.408,22 (dois milhões, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e oito reais e vinte e dois centavos) através da emissão de 2.696.240 (duas milhões, seiscentas e noventa e seis mil, duzentas e quarenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8524E5E8-4F2F-4813-92A5-4C341532C586

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: LAGUNAONAPART25.DEZ.pdf, LO_27.02 (1).pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 21

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Rafaela Albuquerque

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

rafaela.albuquerque@pwc.com

Endereço IP: 186.215.152.4

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Rafaela Albuquerque

Local: DocuSign

03 de março de 2026 | 11:25

rafaela.albuquerque@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

03 de março de 2026 | 11:36

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Caren Henhiete Macohin

caren.macohin@pwc.com

PwC

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Caren Henriete Macohin:01454117966

Assinatura

DocuSigned by:

910EEF671FE0435...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.215.152.4

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 03 de março de 2026 | 11:28

Visualizado: 03 de março de 2026 | 11:30

Assinado: 03 de março de 2026 | 11:36

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Rafaela Albuquerque rafaela.albuquerque@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 03 de março de 2026 11:36 Visualizado: 03 de março de 2026 11:36 Assinado: 03 de março de 2026 11:36
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	03 de março de 2026 11:28
Entrega certificada	Segurança verificada	03 de março de 2026 11:30
Assinatura concluída	Segurança verificada	03 de março de 2026 11:36
Concluído	Segurança verificada	03 de março de 2026 11:36

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------